

AValiação DA APRENDIZAGEM

Célia Kaczarouski Schon¹

Maria Rita Kaminski Ledesma²

Resumo:

Este artigo é o resultado final do Programa de Desenvolvimento educacional – PDE e apresenta uma reflexão acerca da avaliação da aprendizagem realizada com os professores do Ensino Fundamental do Colégio Estadual Barão de Capanema. O objetivo da abordagem deste tema é levar os professores a repensar suas práticas, contribuindo, sobretudo para uma mudança de postura em relação à avaliação da aprendizagem. A intervenção no Colégio permitiu um estudo aprofundado, e para que isso acontecesse aproveitaram-se espaços como hora-atividade dos professores, reuniões pedagógicas, contando com uma equipe de apoio à implementação do projeto. Nos estudos realizados utilizou-se como recurso um caderno Pedagógico, contendo textos referentes à avaliação, atividades a serem desenvolvidas pelos professores e questões reflexivas. O presente artigo apresenta a importância de repensar constantemente as práticas avaliativas, para diagnosticar possíveis dificuldades, tanto dos alunos como do próprio professor enquanto mediador do conhecimento, pois só quando se detecta o problema é possível achar a solução, e nesse sentido a avaliação da aprendizagem quando bem utilizada é uma ferramenta que poderá melhorar o ensino, levando o aluno ao sucesso em vez do fracasso.

Palavras – chave: avaliação, ensino-aprendizagem, professor, aluno.

Abstract: This article is the outcome of the Educational Development Program - PDE and presents a reflection on the learning assessment conducted with teachers of elementary school in State School Barão de Capanema. The goal of tackling this issue is to get teachers to rethink their practices, contributing mainly to a change of attitude toward the assessment of learning. Intervention in School allowed a detailed study, and for this to happen it was taken advantage of the time as the activities-time of teachers, educational meetings, with a team to support the implementation of the project. In studies we used a pedagogical notebook containing texts relating to the assessment, activities to be developed by teachers and reflective questions. This paper concludes the importance of constantly rethink assessment practices. And when they are made that to be possible to diagnose difficulties, both of the students and the professor as a mediator of knowledge, because only when it is detected a problem it is possible to find the solution, and therein the assessment of learning when used well is a tool that can improve education, leading students to success instead of failure.

Keywords: assessment, teaching and learning, teacher, student.

¹Autora: Professora Pedagoga, Especialista em Educação, integrante do Programa PDE/2008 – SEED- PR.

²Co-autora: Professora Doutora do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO.

Introdução

As práticas avaliativas podem tanto estimular, promover, gerar crescimentos e avanços, levando o aluno ao sucesso, como também podem desestimular, frustrar, impedir o progresso, conduzindo-o ao fracasso. Ou seja, a avaliação poderá melhorar a aprendizagem ou simplesmente produzir resultados ou respostas sem sentido.

Refletir sobre essa prática pedagógica nas escolas continua sendo de suma importância para melhorar a qualidade da educação. A avaliação continua sendo vista por muitos docentes como uma forma eficiente de controlar comportamentos e atitudes dos alunos, pois segundo Luckesi (2005) na pedagogia comeniana o medo é uma ferramenta para manter a atenção dos alunos. Apesar de ser um assunto bastante polêmico a avaliação da aprendizagem não tem acontecido de maneira coerente. Não se leva em conta o que se ensinou.

A avaliação deve ser um momento de reflexão sobre a prática de ensino, um momento de análise do processo educativo, no qual o professor possa verificar de que forma está se processando a aprendizagem do aluno, com qualidade ou com dificuldades, e a partir daí dar um novo enfoque ou mesmo subsidiar o trabalho do professor.

Pode-se observar que a avaliação acaba tornando-se muito mais o cumprimento burocrático do sistema de aferir uma nota ou conceito no final de cada bimestre para que os pais possam acompanhar a vida escolar de seus filhos através de um boletim, e o professor no final do ano letivo aprovar ou reprovar o aluno. Em muitos casos essa nota não condiz com o que de fato foi aprendido. A idéia de “tirar nota para passar de ano” está tão enraizada em nossa cultura que muitas vezes tanto alunos como professores esquecem o objetivo principal da escola que é o de possibilitar a aquisição de conhecimentos e que estes uma vez adquiridos transformem a vida do aluno e conseqüentemente a sociedade em que está inserido.

Por esses motivos faz-se necessário um constante refletir sobre a prática avaliativa, e que aos poucos seja desmistificada a lógica de que avaliação serve apenas para “medir conhecimentos” que ela venha ser mais uma ferramenta auxiliadora na melhoria de sua prática docente atingindo uma educação de qualidade.

A pedagogia do exame, muito utilizada em nossas escolas, conforme expõe Luckesi (2005, p.22), traz conseqüências, pois centraliza a atenção nos exames e, portanto não auxilia a

aprendizagem. Produz personalidades submissas e socialmente contribui para a seletividade, já que está bastante articulada com a reprovação.

Essa prática escolar tem deixado muito a desejar, apesar de estar contemplada claramente no Projeto Político Pedagógico assim como no Regimento Escolar com um discurso de que deve ser feita de forma diagnóstica, qualitativa, formativa, etc.. Em muitos casos, na prática não é assim que acontece, pois, muitas vezes passa a ser punitiva, excludente, quantitativa levando o aluno ao fracasso.

Ao analisar a concepção que os professores tem sobre avaliação é possível gerar discussões sobre o tema tendo como parâmetro a avaliação proposta pela SEED e assim buscar caminhos e alternativas para a efetivação da avaliação contínua enquanto instrumento de acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Partindo deste pressuposto, a compreensão do processo avaliativo para promover a melhoria do ensino-aprendizagem é fundamental, objetivando a busca por uma educação de qualidade.

Contextualizando as práticas avaliativas

A avaliação como sinônimo de provas e exames é uma herança que data de 1599, trazida pelos jesuítas.

Deste então a avaliação nas escolas brasileiras continua sendo provas e exames para verificar o aproveitamento dos alunos.

De acordo com Lei de Diretrizes e Bases que foi projetada, em 1988, e aprovada em 1996, o processo avaliativo é contemplado no Art. 24 inciso V, que diz a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevaça dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) Possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) Possibilidade de avanços nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) Aproveitamento de estudos concluídos;

e) Obrigatoriedade de estudo de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seu regimento.

A avaliação é parte central do ensino-aprendizagem por isso deve ser estudado incansavelmente. No que se refere a essa prática sempre esteve associada à aprovação ou reprovação fazendo a seleção dos aptos e a dos não aptos. Atualmente as avaliações são realizadas através de provas e exames sem estar relacionado com o processo ensino-aprendizagem, o que faz com que haja uma preocupação em questionar o que é avaliar, e de que modo essa prática possa garantir uma aprendizagem com qualidade ao aluno.

Segundo Vasconcelos (2005) deve-se distinguir avaliação de nota, a avaliação é um processo que precisa de uma reflexão crítica sobre a prática, podendo desta forma verificar os avanços e dificuldades e o que se fazer para superar esses obstáculos. A nota seja na forma de número ou conceitos é uma exigência do sistema educacional

Para Luckesi (2005) a atual prática de avaliação escolar estipulou como função do ato de avaliar a classificação e não o diagnóstico como deveria ser. Assim, o que deveria ser um recurso para diagnosticar quais as dificuldades de aprendizagem que os alunos estão evidenciando por meio da avaliação, passa a ter apenas função de classificação, o que estão com notas abaixo ou acima da média, por tanto não cumpriu com seu papel e nada será feito para melhorar a situação do aluno.

Para Hoffmann (2008) a avaliação consiste numa observação constante de aprendizagem e assim proceder a uma ação educativa que de fato melhore a condição do aluno. Para esses estudiosos do tema a avaliação deve estar junto com o processo de aprendizagem, uma ferramenta auxiliadora do professor para verificar o progresso do aluno, e também um momento de reflexão sobre o seu trabalho, se de fato está a contento com o que se foi proposto.

Se pensarmos em avaliação como prática pedagógica ela não poderá apenas servir para verificar o aluno, mas também para avaliar o professor na sua prática, averiguar o trabalho de ambos. Para Ferreira (2005) é elemento necessário para detectar as falhas no processo de ensino-aprendizagem, para atingir o objetivo principal, que é o conhecimento.

Para Abreu e Masetto (in Santos, 2005) a avaliação deve:

Estar relacionada com a aprendizagem; ser pensado, planejado e realizado de forma coerente e conseqüentemente com os objetivos propostos para aprendizagem; ser contínuo, para acompanhar o processo de aprendizagem; permitir um contínuo reiniciar do processo de aprendizagem; estar voltado para o desempenho do aluno; incidir, também, sobre o professor e o plano de ensino; exigir observação e registro por parte do professor e do aluno; conter tanto a avaliação feita por outros, como auto-avaliação (p. 23)

Portanto, avaliação é algo bem mais complexo do que apenas atribuir notas sobre um teste ou prova que se faz, ela deve estar inserida ao processo de aprendizagem do aluno, para saber os tipos de avaliações que devem ser praticadas dizemos que podem ser:

Formativa: tem como objetivo verificar se tudo aquilo que foi proposto pelo professor em relação aos conteúdos estão sendo atingidos durante todo o processo de ensino aprendizagem;

Cumulativa: neste tipo de avaliação permite reter tudo aquilo que se vai aprendendo no decorrer das aulas e o professor pode estar acompanhando o aluno dia-a-dia, e usar quando necessário;

Diagnóstica: auxilia o professor a detectar ou fazer uma sondagem naquilo que se aprendeu ou não, e assim retomar os conteúdos que o aluno não conseguiu aprender, replanejando suas ações suprimindo as necessidades e atingindo os objetivos propostos;

Somativa: tem o propósito de atribuir notas e conceitos para o aluno ser promovido ou não de uma classe para outra, ou de um curso para outro, normalmente realizada durante o bimestre;

Auto-avaliação: pode ser realizada tanto pelo aluno quanto pelo professor, para se ter consciência do que se aprendeu ou se ensinou e assim melhorar a aprendizagem. Em grupo: é a avaliação dos trabalhos que os alunos realizaram, onde se verifica as atividades, o rendimento e a aprendizagem. (SANTOS, 2005, p. 23)

O Projeto Político Pedagógico implementado na escola deve estar bem claro os tipos de avaliação que a escola como um todo utiliza, objetivando a qualidade da aprendizagem. Também devem estar contemplado os tipos de avaliação no Regimento da Escola e ser seguidos por todo o corpo docente.

Instrumentos de avaliação são todas as manifestações dos alunos que permitem ao professor acompanhar o processo ensino-aprendizagem, como por exemplo: testes, trabalhos, tarefas, resenhas, textos, pesquisas, trabalhos em grupos, apresentação oral, expressão corporal, etc. A observação do professor quando registrada em forma de conceito ou notas torna-se um instrumento avaliativo. Instrumentos de avaliação conforme cita Hoffmann (2008, p.119) são registros de diferentes naturezas. Ora é o aluno que faz seus próprios registros, das tarefas, testes, trabalhos ou outros instrumentos elaborados pelo professor. Ora é o professor quem registra o que observou dos alunos.

O professor precisa tomar alguns cuidados com os instrumentos de avaliação, pois irão possibilitar um diagnóstico da aprendizagem do aluno. Para isso, se faz necessário articular o instrumento com os conteúdos planejados que irão ser avaliados. (Luckesi, 2005, p.178), compatibilizando os níveis de dificuldades daquilo que está sendo avaliado com o que foi ensinado e aprendido. Precisa, ainda, utilizar uma linguagem clara e compreensível para que o aluno saiba exatamente o que o professor está solicitando, e por último construir instrumentos que auxiliem a aprendizagem dos educandos. O que se percebe é que na escola não se usa a diversificação de instrumentos de avaliação, ficando restritos apenas a provas e trabalho.

Os critérios de avaliação devem estar estabelecidos e descritos na Proposta Pedagógica Curricular e no plano de trabalho docente e ser de conhecimento dos alunos, sendo assim os critérios de avaliação devem estar coerente com as Diretrizes Curriculares e com o Projeto Político Pedagógico da escola.

Conforme a Deliberação 007/99 do Conselho Estadual de Educação aprovada em 09/04/99:

No seu Art. 2º - Os critérios de avaliação, de responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, devem constar do Regimento Escolar, obedecida a legislação existente. Parágrafo Único – os critérios de avaliação do aproveitamento escolar serão de consonância com a organização curricular do estabelecimento de ensino.

Art. 3º - A avaliação do aproveitamento escolar deverá incidir sobre o desempenho do aluno em diferentes situações de aprendizagem.

§1º - A avaliação utilizará técnicas e instrumentos diversificados.

§2º - O disposto neste artigo aplica-se a todos os componentes curriculares, independentes do respectivo tratamento metodológico.

§3º - É vedada a avaliação em que os alunos são submetidos a uma só oportunidade de aferição.

Art.4º - A avaliação deve utilizar procedimentos que assegurem a comparação com os parâmetros indicativos pelos conteúdos de ensino, evitando-se a comparação dos alunos entre si.

Art.5º - Na avaliação do aproveitamento escolar, deverão preponderar os aspectos qualitativos da aprendizagem considerada a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade dos conteúdos (...).

Art.6º - Para que a avaliação cumpra sua finalidade educativa, deverá ser contínua, permanente e cumulativa.

A Lei é bastante clara ao definir a avaliação não como instrumento classificatório, mas um

processo contínuo, onde o aluno tenha a possibilidade de acumular os resultados que obteve durante o período letivo.

Luckesi (2005) enfatiza a importância dos critérios, pois a avaliação não poderá ser praticada sob dados inventados, apesar da definição desses critérios não serem fixos e imutáveis, modificando-se de acordo com a necessidade de alunos e professores.

Deve-se levar em conta o saber que o aluno traz consigo, para conhecê-lo melhor. É a avaliação inicial ou diagnóstica, que promove um acompanhamento contínuo da aprendizagem, onde se pode perceber o desenvolvimento do aluno, suas conquistas e dificuldades, sendo de caráter processual. A partir das constatações, deve-se criar/redimensionar/implementar o plano de trabalho docente, com o objetivo de proporcionar ao aluno que o conhecimento torne-se parte de suas aquisições.

Para Luckesi (2005, p.150)

avaliação é um instrumento que auxilia o professor verificar os resultados que estão sendo obtidos, assim como fundamentar as decisões que devem ser tomadas para que os resultados sejam construídos. Quando isso não acontece, ou seja quando a avaliação é executada fora do processo de ensino e com objetivo exclusivamente de atribuição de notas e conceitos, pode-se dizer que os alunos inseridos neste contexto muito provavelmente podem acabar fracassados no âmbito escolar. Se a avaliação não for diagnóstica ela não terá como objetivos a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno e nem o auxiliando em seu crescimento.

A avaliação é um instrumento que possibilita ao professor um envolvimento com o processo do educando, estar sempre atento as suas necessidades e subsidiando-o para que chegue ao sucesso.

Sendo a avaliação colocada em favor das aprendizagens, torna-se uma estratégia pedagógica de luta contra o fracasso escolar, propondo-se a ser formativa, pois está a serviço do sucesso escolar.

A avaliação necessita estar a serviço da aprendizagem dos alunos e a metodologia da avaliação formativa caracteriza-se por desencadear aprendizagens, observar e interpretar essas aprendizagens. Deve estar vinculada ao Projeto político Pedagógico, explícito e construído coletivamente, pois a avaliação da aprendizagem escolar adquire seu sentido na medida em que há esta articulação, fazendo um diagnóstico do trabalho pedagógico que está se desenvolvendo na escola e discutindo sobre que tipo de escola quer construir. Hoffmann (2001) coloca que partimos de uma avaliação a serviço da classificação, seleção, seriação, rumo a uma avaliação a serviço da aprendizagem do aluno, da formação, da promoção, da cidadania.

Refletir sobre esses pontos requer consciência do papel da escola na construção de cidadãos capazes de obedecer a seus ritmos e respeitar os avanços de seus semelhantes, para não criar uma sociedade de competição em que passam a ter maior status os que recebem números maiores, que muitas vezes não provam o seu real nível de valor e conhecimento.

Avaliar está além da mensuração de conhecimentos, da classificação, da punição. Trata-se de mediar o conhecimento e respeitar o tempo de cada um, analisando o erro como um degrau para o acerto. Avaliar requer que repensemos nossa prática como profissionais da educação, não olhar exclusivamente para o desempenho do aluno, mas perceber que a avaliação é o reflexo da nossa prática e juiz de nossas ações.

Metodologia: a ação na escola

O Colégio Estadual Barão de Capanema conta com trezentos e trinta e um alunos e com 80 professores do Ensino Fundamental e foi o estabelecimento que acolheu o nosso Projeto PDE tornando possível realizar a aplicação de um plano de estudos, onde se priorizou o corpo docente, levando-os a realizarem leituras, reflexões, questionamentos, incluindo revisão de conceitos, critérios e instrumentos de avaliação, entendimentos e experiências. Além de uma pesquisa na escola, com os seguintes documentos: Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar do Colégio, Plano de Ação Docente, tendo como parâmetros as Diretrizes Curriculares Estaduais (DCE's) assim como as leis que subsidiam esses documentos, como: Lei de Diretrizes e Base (LDB), Pareceres e Deliberações, foi possível conhecer as práticas avaliativas como ponto inicial de todo o trabalho realizado.

Leituras de textos sobre avaliação contemplando autores como Cipriano Luckesi, Jussara Hoffmann e outros que tratam deste assunto com propriedade, deram embasamento teórico necessário aos professores levando-os a refletirem suas práticas sobre a avaliação da aprendizagem. Essa dinâmica desenvolveu-se em grupos de estudos, utilizando como material didático um Caderno Pedagógico produzido no segundo semestre do ano de dois mil e oito, e aplicado aos professores na intervenção que ocorreu no primeiro semestre deste ano.

O objetivo principal foi a socialização dos resultados, aprofundamento teórico sobre avaliação, tomadas de decisões que resultaram na mudança de postura desses professores frente a prática avaliativa.

Nos encontros realizados observou-se que a avaliação é um tema bastante polêmico e mal

compreendida pelos professores, na medida em que as discussões foram avançando, muitas dúvidas e questionamentos surgiram, e esse era justamente o objetivo.

No primeiro encontro realizado discutiram-se os caminhos da escola e a produção do saber, foi a unidade de trabalho mais densa e mais aprofundada em relação ao papel da escola pública, e conseqüentemente da avaliação da aprendizagem neste contexto.

Então, qual é a função da escola?

Está bem claro na Constituição Federal de 1988 o direito à igualdade e o direito de todos à educação, visando o pleno desenvolvimento da pessoa e o seu preparo para o exercício da cidadania.

Se existe a universalização do direito ao ensino, a luta da escola está em oportunizar a qualidade da aprendizagem a todos os alunos, que vise garantir a permanência do aluno na escola, com êxito e sucesso, pensando no aluno não apenas como ponto de partida, mas como o alvo da educação, no sentido de que se aproprie de aprendizagens significativas e que construa conhecimentos.

A educação sempre esteve presente na sociedade, apresentando-se das mais diversas maneiras considerando-se o momento histórico e o contexto das pessoas.

A prática pedagógica está na relação direta com os resultados do processo educativo, sendo assim, os profissionais da educação necessitam de estudos que proporcionem alcançar uma visão da realidade da escola e das variáveis que interferem nos resultados, subsidiando a construção de uma prática pedagógica mediadora entre o saber comum e o saber científico, possibilitando ao aluno fazer uma leitura crítica da realidade, atuando de maneira responsável como agente transformador.

A educação constitui-se um dos principais mecanismos de transformação e é papel da escola, de forma democrática e comprometida, atuar com vistas à formação do ser humano na sua integridade, abrindo caminhos para a ampliação da cidadania, valorizando a cultura de sua própria comunidade e ao mesmo tempo, ultrapassando estes limites, propiciando aos alunos acesso ao saber sistematizado.

Para Saviani (2008, p.14) saber sistematizado não se trata de qualquer tipo de saber. A escola diz respeito ao saber elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular.

A escola tem como função instrumentalizar o aluno para compreender e atuar na realidade, com vistas à formação de um ser histórico, criador, crítico e transformador.

O nosso compromisso, enquanto escola, com a educação diz respeito à qualidade do ensino

e da aprendizagem, porém um dos entraves dos aspectos qualitativos da educação é a concepção da avaliação somente como sinônimo de desempenho escolar traduzido em notas ou conceitos.

Na segunda unidade o assunto foi: Avaliação e comprometimento com o ensino e a aprendizagem, uma discussão necessária para a construção de uma avaliação comprometida com a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

É comum o termo avaliação ser associado como determinar ou calcular o valor de alguma coisa, expressando juízo de valor, mesmo que esse juízo de valor não seja enunciado, fique no interior das pessoas, ele está presente e afeta decisivamente no modo de agir e nas convicções do ser humano

Analisando por este ângulo, percebemos que a avaliação faz parte do nosso dia-a-dia, faz parte das ações humanas e exerce um papel importante no desenvolvimento pessoal, tendo uma dimensão formadora, que promove o desenvolvimento do ser humano.

Nesse caso, ela adquire também uma dimensão criadora, permitindo que o indivíduo descubra o novo, construa, reinvente e elenque hipóteses.

A partir desse entendimento, no campo da educação, a avaliação da aprendizagem se reveste de grande importância no sentido do seu valor pedagógico que é o de fornecer informações das ações do presente (diagnóstico) e as possibilidades das ações do futuro, com vistas às práticas que precisam ser redimensionadas, avaliando conjuntamente a organização do trabalho pedagógico: conteúdos, metodologia, interação docente-aluno, aluno-aluno e o próprio sistema de avaliação – avaliação da avaliação.

A avaliação não é um processo isolado, ela está imbricada ao processo de formação do aluno. É impossível concebermos o processo de ensino-aprendizagem sem incluirmos na discussão o ato de avaliar, muitas vezes permeado de práticas conservadoras que são excludentes e classificatórias.

A avaliação da aprendizagem escolar é muito mais do que atribuir notas ou conceitos, ela deve contribuir para a análise reflexiva da própria prática do professor, pois através avaliação percebe-se os estágios de aprendizagem dos alunos, seus avanços, suas potencialidades e limitações e de posse dos resultados apresentados também é possível avaliar o trabalho do professor e a partir daí ajustar o Plano de Trabalho Docente, de modo a favorecer a aprendizagem, pois o ensino não pode ser visto como uma transmissão linear de conteúdos numa relação professor-aluno, mas sim, como um processo de construção de significados, sendo que a avaliação permeia todo o trabalho pedagógico, desde seu planejamento até sua execução, coletando dados e reorientando a intervenção didática.

Na terceira unidade foram pontuadas algumas questões:

- Concepção de avaliação da escola.
- Sentido da avaliação e da recuperação de estudos.
- Encaminhamentos metodológicos.
- Critérios de avaliação utilizados pelo professor.
- Quais ações estão sendo desenvolvidas ou que podem ser desenvolvidas, sendo caracterizadas como práticas significativas, primando pela qualidade do processo de ensino e de aprendizagem?

No quarto encontro o tema a ser estudado pelos professores foi : A avaliação à luz da legislação, nesta unidade pode-se destacar alguns pontos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) que vem ao encontro da construção de uma avaliação comprometida com a qualidade.

Deve-se levar em conta o saber que o aluno traz consigo, para conhecê-lo melhor. É a avaliação inicial ou diagnóstica, que promove um acompanhamento contínuo da aprendizagem, onde se pode perceber o desenvolvimento do aluno, suas conquistas e dificuldades, sendo de caráter processual. A partir das constatações, deve-se criar/redimensionar/implementar o plano de trabalho docente, com o objetivo de proporcionar ao aluno que o conhecimento torne-se parte de suas aquisições.

Neste sentido as atividades e o questionamento realizados com os professores foram:

- Observar a avaliação da turma e verificar onde os alunos não atingiram os objetivos, quais e como os conteúdos serão retomados. Informe estes dados aos alunos;
- Fazer uma avaliação sobre as aulas dadas, pedindo opinião dos alunos;
- Qual a concepção de avaliação que vem orientando a sua prática docente?

Na quinta unidade de estudos através de um texto realizamos uma retrospectiva histórica da avaliação desde os primórdios da história até os dias atuais, dando uma ênfase maior na história avaliativa do Brasil. O modelo avaliativo adotado no Brasil revela bem esta orientação. Nas políticas e práticas avaliativas de todos os governos brasileiros da Nova República, as marcas dessas determinações se fazem presente. Na década de 80, com um pouco mais de leveza talvez em função das finalidades, mas centralizadora e racional a partir da década de 90. Segundo Mancebo, até o final da década de 80, o Estado brasileiro restringiu-se basicamente as tarefas de autorização e reconhecimento de cursos e credenciamento de instituições de educação superior, mas, enfatiza que

a partir de 1985, um clima avaliativo consolidou-se no país, abrindo espaço não só para uma ampla produção escrita sobre a temática como para exigir que as instituições prestassem contas à sociedade sobre a qualidade de seus serviços e dos recursos nela aplicados.

Atualmente, a avaliação educacional se constitui claramente como elemento de políticas públicas estatais, porém, é importante enfatizar que a partir da década de 90, século XX, as práticas avaliativas adotadas, desde a oficialização dos sistemas de avaliação, (Plano de Reforma do Estado Brasileiro, nos Governos Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e nos dois últimos anos Lula), têm mostrado um forte compromisso com as orientações do FMI, Banco Mundial, BIRD, OMC, UNESCO. A meta parece ser maximizar a eficiência do sistema educacional e o controle da produtividade institucional.

Os educadores só conseguirão transpor para o cotidiano escolar o senso qualitativo que deve ter o ato avaliativo, quando compreenderem as razões das condições objetivas de existência e essas razões estiverem relacionadas a uma prática em que tanto os sujeitos avaliados como os próprios avaliadores, exercitem novas formas de avaliar, preocupando-se com o fator humano e social.

Sob tais condições a avaliação se constituirá um instrumento reorganizador da sociedade, e serviço da emancipação coletiva e da construção da cidadania em todos os âmbitos e níveis da sociedade e da educação.

Os critérios de avaliação devem estar estabelecidos e descritos na Proposta Pedagógica Curricular e no plano de trabalho docente e ser de conhecimento dos alunos, sendo assim os critérios de avaliação deve estar coerente com as Diretrizes Curriculares e com o Projeto Político Pedagógico da escola.

A sugestão da atividade aos professores, nessa unidade, foi a seguinte:

- A partir da evolução histórica da avaliação é possível dizer que atualmente a mesma é encarada no espaço escolar a partir de uma visão mais aberta, menos restritiva e ameaçadora?
- Como é o tratamento dado à avaliação no contexto educacional contemporâneo?

Na sexta unidade foram revistos conceitos e atribuições da avaliação da aprendizagem.

A maioria das escolas continua a buscar estratégias avaliativas que são meramente uma máscara num processo ainda classificatório e excludente, uma vez que os índices educacionais mostrados pelo sistema de avaliação e censo apontam para um baixo índice de aprendizado, a grande evasão escolar, a forte reprovação ainda existente nas escolas em todos os níveis de ensino. Essas são questões que evidenciam incoerências no agir e pensar a avaliação educacional, nesse sentido foi proposto aos professores questões para que pudessem pensar suas práticas:

- A avaliação na prática educativa que desenvolvemos está consoante com o aluno concreto que temos e com suas individualidades?
- Os pressupostos avaliativos contemplados no Projeto Político Pedagógico, bem como nas Diretrizes Curriculares estão sendo aplicados na prática como um processo coletivo e integrado?

Na sétima unidade o assunto discutido foi: Critérios e Instrumentos da prática Avaliativa, e sobre o tema algumas perguntas realizadas:

-Por que, na sua opinião, mesmo diante de tantos instrumentos avaliativos diferentes, a prática avaliativa continua como sempre, incoerente com as metas aceitas por consenso? Onde reside o problema da avaliação na realidade escolar e qual a explicação para a discrepância entre o que se pressupõe teoricamente no Projeto Político Pedagógico e os resultados obtidos na prática?

E na última unidade de estudos o tema foi: Pra que avaliar?

Resultados e Análise:

Deve ficar clara a intencionalidade do trabalho educativo, tendo em vista os conceitos fundamentais do campo de conhecimento de cada disciplina e os elementos sociais, culturais próprios da comunidade em que professor e alunos estão inseridos, considerando sua dimensão histórica e a possibilidade para os sujeitos envolvidos de transformação de si mesmo e da realidade, a partir do conhecimento apropriado. Ressalta-se que os objetivos a serem alcançados relacionam-se com os conteúdos e não com as atividades realizadas, pois estão são meios para se avaliar o rendimento escolar (SEED/CGE, 2008).

Nem é preciso dizer que todas as partes de um plano devem estar de tal forma articuladas para que não se perca de vista:

O posicionamento teórico que define o conceito possível de ser estruturado pelo aluno e, a partir daí, determina a seleção adequada dos conteúdos (para quê e o quê) indica também o como, isto é, a forma metodológica de condução do ensino. O que significa articular os procedimentos pedagógicos em sala de aula a uma lógica de organização e de relações que ficam explícitas no plano e na escolha do instrumental didático-pedagógico, nas atividades e interações que o cotidiano da escola proporciona. (SANTIAGO, In VEIGA, 2005).

A organização da avaliação no cotidiano da escola, também em termos legais, possibilita aos estabelecimentos de ensino definir sua forma de conduzir os trabalhos apontando dentro das normas

vigentes os procedimentos de ação do coletivo docente.

Neste processo, a autonomia é um dos aspectos preponderantes sendo que a legislação coloca normas gerais e não específicas de cada situação, as quais precisam ser pensadas em cada realidade, e proposta no Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Plano de Trabalho Docente e outros documentos de sistematização do estabelecimento.

A avaliação dentro do Plano de Trabalho docente deve estar em consonância com o Sistema de Avaliação definido pelo coletivo da escola, sistematizado nos documentos que compõe a organização do trabalho escolar, expressos na Proposta Pedagógica Curricular.

O professor, portanto, ao elaborar o seu Plano de Trabalho Docente deve considerar a avaliação como parte inerente ao processo de ensino e aprendizagem. A mesma deve ser realizada em função dos conteúdos e ser coerente com os pressupostos e metodologias da disciplina.

Nesse sentido, no Livro Registro de Classe deverão ser contempladas e registradas todas as atividades avaliativas e de recuperação de estudos asseguradas ao aluno pela legislação, em acordo com os documentos produzidos coletivamente pela escola.

De tudo o que foi visto, cabe dizer que a avaliação da aprendizagem necessita, para cumprir o seu verdadeiro significado, assumir a função de subsidiar a construção da aprendizagem. A condição necessária para que isso aconteça é de que a avaliação deixe de ser utilizada como um recurso de autoridade, que decide sobre os destinos do educando, e assuma o papel de auxiliar o crescimento.

As discussões em torno do tema foram as seguintes:

- Qual deve ser o papel da avaliação no processo de construção da identidade do educando?
- Como deve agir o coletivo do espaço escolar para que a avaliação cumpra com o seu papel formador?

Concomitantemente, graças aos estudos realizados com os professores foi-nos possível ter acesso a descrições a respeito de suas práticas e considerações acerca das concepções sobre a avaliação.

Dos professores que participaram do grupo de apoio e que estudaram os textos sobre a avaliação da aprendizagem todos licenciados e pós-graduados *lato sensu* na área da docência, disseram estar em constante aperfeiçoamento docente. Portanto, a partir da realidade delimitada, interessa-nos levá-los a pensar a respeito das práticas avaliativas, etapa decisiva para o diagnóstico do processo de ensino/aprendizagem.

Diante dos elementos obtidos da realidade observada através dos questionamentos

apresentados no estudo das unidades do Caderno Pedagógico foi possível coletar as seguintes respostas dos professores, sobre a função da escola:

Penso que a função da escola é de organizar e facilitar aos educandos a aprendizagem de conteúdos, mas também de viabilizar as trocas entre alunos, a fim de enriquecer o processo. (prof. 1)

Nas escolas, conceitos novos até são rapidamente absorvidos, porém esbarra na continuidade da qualidade do ensino, o que deixa muitos professores inseguros quanto ao seu trabalho desenvolvido em sala de aula. Nesse sentido a escola enquanto propagadora de conhecimento e formadora de pessoas críticas e situadas num contexto social, está um tanto perdida, pois não sabe o que realmente a sociedade e outras instituições públicas esperam de seu trabalho realizado com jovens de todo o país".(prof. 2)

Há aqueles que entram na escola para que ao saírem já estejam definitivamente prontos para a vida em sociedade, sejam moldados de acordo com o mercado de trabalho. Mas sabemos que os educandos procuram mais uma porta aberta para a sociedade onde sejam incididos e aprendam com os outros a opinar e ouvir, interagir como pessoa atuante e não mero expectador do que o cerca. (prof. 3)

Promover o conhecimento, a socialização do saber. Atuar com vistas a formação do ser humano, entender a escola como agente de transformação da sociedade, uma vez que as ações educativas são intencionais. (prof. 4)

Uma prática pedagógica, desenvolvida numa perspectiva de transformação social, como aponta as respostas dos professores denota que a escola tem caráter de superação de um modelo, sendo assim, a escola, possibilita a apropriação dos saberes historicamente construídos necessários para a emancipação do sujeito, enquanto cidadão crítico

Os professores expressam em suas falas, mesmo que superficialmente, alguns implícitos outros explicitamente, a concepção educativa que acreditam, defendem e praticam.

Considerações Finais:

Os educadores só conseguirão transpor para o cotidiano escolar o senso qualitativo que deve ter o ato avaliativo, quando compreenderem as razões das condições objetivas de existência e essas razões estiverem relacionadas a uma prática em que tanto os sujeitos avaliados como os próprios avaliadores, exercitem novas formas de avaliar, preocupando-se com o fator humano e

social.

Sob tais condições a avaliação se constituirá um instrumento reorganizador da sociedade, e serviço da emancipação coletiva e da construção da cidadania em todos os âmbitos e níveis da sociedade e da educação.

A avaliação deve ser um instrumento que possibilite ao professor um envolvimento com o processo do educando, estarem sempre atento as suas necessidades e subsidiando-o para que chegue ao sucesso.

Um fator importante a ser considerado quando se fala em avaliação, é a questão das subjetividades, ou seja, cada ser em particular é dotado de uma identidade cujas especificidades devem ser respeitadas. Nenhum indivíduo é igual ao outro, portanto, um processo avaliativo eficiente leva em conta esse aspecto. Quando se respeita as diferenças, criam-se condições muito mais favoráveis ao alcance da igualdade.

O professor deve tomar alguns cuidados com os instrumentos de avaliação, pois irão possibilitar um diagnóstico da aprendizagem do aluno. Deve-se articular o instrumento com os conteúdos planejados que irão ser avaliados. LUCKESI (2005, p. 178). Deve ser compatível os níveis de dificuldades daquilo que está sendo avaliado com o que foi ensinado e aprendido. Utilizar uma linguagem clara e compreensível para que o aluno saiba exatamente o que o professor está solicitando, e por último construir instrumentos que auxiliem a aprendizagem dos educandos. O que se percebe é que na escola não se usa a diversificação de instrumentos de avaliação, ficando restritos apenas a provas e trabalhos.

Essa realidade leva a uma questão fundamental do processo avaliativo: repensar os padrões educacionais que ainda carregam um modelo de educação que visa à classificação dos alunos e os transforma em notas, não diferente dos processos utilizados nos vestibulares, que não medem a capacidade do aluno, mas o momento da prova, sem considerar toda a bagagem de conhecimento que é incorporada com as experiências de vida e durante anos de estudos.

Referências Bibliográficas

ABRAMOWICZ, M. Avaliação, afetividade e a condição existencial do aluno. In: D'ANTOLA, A. (org.) **A prática docente na universidade**. São Paulo, EPU, 1992.

ABRECHET, R. **A avaliação formativa**. Rio Tinto/Portugal, Edições Asa, 1994.

AFONSO, A.J. **Avaliação educacional: regulação e emancipação**. São Paulo, Cortez, 2000.

ANTUNES, C. **A avaliação da aprendizagem escolar**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.

AQUINO, J. G. (org.). **Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas**, SP, Summus, 1997.

ARCO-VERDE, Y. F. S. **Introdução às Diretrizes Curriculares**. SEED – Curitiba/PR, 2007.

<http://www.artigonal.com/educacao-online-artigos/o-processo-historico-da-avaliacao-435698.html>
(acesso em 04/07/2008)

BRASIL, **ECA - Lei 8069/90**. Estatuto da Criança e do Adolescente, de 18 de julho de 1990.

_____ **LDB 9394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 23 de dezembro de 1996.

CAPPELLETTI, I. (org) **Avaliação educacional: fundamentos e práticas**. São Paulo: Articulação Universidade / Escola, 2001.

DEMO, P. **Avaliação Qualitativa**. São Paulo, Cortez, 1991.

DEPRESBITERES, L. **O desafio da avaliação da aprendizagem: dos fundamentos a uma proposta inovadora**. São Paulo: EPU, 1989.

ESTEBAN, M. T.(org.). **Avaliação: uma prática e busca de novos sentidos**. RJ, DP&A, 1999.

FORQUIN, J.-C. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Trad. de Guacira L. Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: educativa** saberes necessários à prática educativa. 34 ed. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Organização do Trabalho na Escola**: alguns pressupostos. São Paulo, Ática, 1994.

GASPARIN, J. L. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 4 ed. Campinas, SP, Autores Associados, 2007.

HAYDT, R. C. *Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem* . São Paulo, Ática, 1988.

HADJI, C. **Avaliação Desmistificada**. Trad. Patrícia C. Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2001.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação Mediadora**. Porto Alegre, Ed.Mediação,1997.

_____. **Avaliar para promover**: as setas para o caminho. 10. ed. Porto Alegre, Mediação, 2008.

_____. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre, Ed.Mediação,1991.

_____. **O Jogo do Contrário em Avaliação**. Porto Alegre, Mediação,2005.

KUENZER, A. Z. **Exclusão includente e inclusão excludente**: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In:

LDB: a nova lei da educação: tudo sobre a lei de diretrizes e bases da educação nacional, uma visão crítica. Rio de Janeiro: Consultor, 1996.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**, São Paulo, Cortez, 1991.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2005.

LUCKESI, C. C. e PASSOS, E.S. **Introdução à filosofia**: aprendendo a pensar. São Paulo: Cortez, 1996.

MARCHESI, Álvaro e GIL, Carlos Hernández. **Fracasso Escolar**: uma perspectiva multicultural; Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre : Artmed, 2004.

MARTINS, P.L.O. **Indicações da Prática Docente**. Texto apresentado no XIII ENDIPE. Recife.

2006.

NADAL, B. G. **A dinâmica do ensino-aprendizagem na sala de aula/** Beatriz Gomes Nadal, Mariná Holzmann Ribas. Ponta Grossa: UEPG/CEFORTEC, 2005.

NADAL,B; LEÃO, T. de J. E.. **Avaliação do ensino e da aprendizagem. Olhar de professor.** Ponta Grossa, Ed. UEPG, 2002.

PARANÁ. **Deliberação 007/09.** Conselho Estadual de Educação.

_____ **DIRETRIZES CURRICULARES ESTADUAIS – DCE's.**

PARO, V. H. **A escola: educação, cultura e desporto para a inclusão social.** In: Uma escola para a inclusão social. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações,2003.

_____ **Reprovação escolar: renúncia à educação.** São Paulo: Xamã, 2001.

ROMANOWSKI, J. P. **Indicações da Prática Docente.** Texto apresentado no XIII ENDIPE. Recife. 2006.

SANTIAGO, A. R. F. Projeto político pedagógico da escola: desafio à organização dos educadores. In: VEIGA, I. P. A. (org): **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas (SP): Papyrus, 2005. (Coleção Magistério, Formação e Trabalho Pedagógico).

SANTOS, C. R. (et. al.) **Avaliação Educacional: um olhar reflexivo sobre sua prática.,** e vários autores, São Paulo: Editora Avercamp, 2005.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** Campinas, São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1987.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações.** 10.ed. Campinas-SP, Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L.; LOMBARDI J. C. (Org.) **Capitalismo trabalho e educação.** 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005, v. p. 77-96.

SEED/CGE. **Plano de trabalho docente.** Portal Dia a Dia Educação, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/cge>

SILVA, M.A.S.S. (coord.). **Raízes e Asas.** Vol. 5 e vol. 8. CENPEC, s/d.

SNYDERS, G. A alegria na Escola. São Paulo, Manole.

VASCONCELLOS, C. **Avaliação:** concepção dialética – libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: Libertad, 2006.

_____. **Superação da Lógica Classificatória e Excludente da Avaliação.** Do “é proibido reprovar” ao é preciso garantir a aprendizagem. São Paulo: Libertad, 1998.

VILA NOVA, E. **Avaliação dos alunos: problemas e soluções.** Lisboa, Texto Editora, 2001.

ZABALA, A. **A prática educativa:** como ensinar. Porto Alegre, Artmed, 1998.

WACHOWICZ, L.A. e ROMANOWSKI, J.P. Avaliação: que realidade é essa? Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Raies, V.7, nº 2, jun.2002.

WACHOWICZ, L. A. **Por uma Teoria Democrática da Avaliação.** Texto apresentado no XIII ENDIPE. Recife. 2006.

_____. **A Avaliação da Aprendizagem Escolar.** Texto apresentado no XIII ENDIPE. Recife. 2006.

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>